

*Ata da 25ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 24 de maio de 2013.*

Presidência da Senhora Deputada Neusa Cadore *ad hoc*. À hora marcada, a Sra. Presidenta e proponente da Sessão, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial com o tema: “**Educação Inclusiva: Queremos e Podemos**”. Em seguida, compôs a Mesa com os (a) Srs (a): Amélia Maraux, Superintendente de Educação Básica, representando o Governador Jaques Wagner; Tereza Cristina de Holanda Sousa, Supervisora de Educação Especial, representando o Secretário Municipal da Educação, João Carlos Bacelar; Cíntia Guanaes, Promotora de Justiça da Infância e Juventude; Alzira de Castro Gomes, Diretora do Centro de Educação Especial da Bahia; Ivana Maria Cabral Leone, Diretora de Política Social da APLB; João dos Prazeres, representando o Grupo de Educação Inclusiva; Íris de Sá, Docente da área de Psicologia do Departamento de Ciências da Vida da Uneb; Livia Teixeira, Diretora da Ser Down; Cândida Muzzio, representando o Sindicato de Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia (Sinepe); Robert Oliveira Lima Júnior, acompanhado de sua mãe, Eliane Alves de Lima, representando os alunos; Fabíola Barbosa, Professora de Letras da UFBA; Priscila Leonor Ferreira, a primeira pedagoga negra e surda da Bahia, graduada em Letras Libras pela UFBA; e Maria Alba Guedes, representando o Conselho Estadual de Educação. A cantora Tate Lima fez uma apresentação musical, acompanhada no violão por Rudney Monteiro e pelo Coral da Escola Vítor Soares, da Ribeira. A Deputada Neusa Cadore apresentou dados acerca da população que convive com algum tipo de deficiência, no Brasil quase 1/4 da população, informando que mais de 60% delas não chegam a concluir o Ensino Fundamental. A propósito noticiou com alegria a graduação de Amanda Amaral Lopes, a primeira bióloga graduada, portadora da síndrome de Down. Nesse sentido, lembrou que a Constituição de 1988 garante a educação como um direito de todos e citou alguns documentos voltados para a educação inclusiva, entre os quais, o Instituto da Criança e do Adolescente, a Política Nacional de Educação Especial e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Declarou, como mãe de uma filha portadora de deficiência, a dificuldade que enfrentou para encontrar uma vaga na escola, e afiançou que a população clama por educação e por uma sociedade inclusiva, processo que perpassa pela necessidade de diálogo que envolva o Estado, o Município, o espaço institucional, as escolas e as famílias. Por fim, ponderou que é responsabilidade de todos criar espaço e condições para, verdadeiramente, se ter uma educação inclusiva. O Coral da Escola Vítor Soares fez mais uma apresentação. A Sra. Cristina de Holanda

fez breve relato sobre o trabalho realizado pela Secretaria da Educação em prol da inclusão e, considerando que a escola pública tem evoluído nesse aspecto, relatou os programas e ações voltados para esse segmento. Encerrou, considerando que a atuação da Secretaria, apesar de ainda não ser suficiente para atender a demanda, tem avançado a cada dia. A Sra. Maria Alba Guedes ponderou que a educação não deve se restringir à inclusão do deficiente, mas, também, ensinar aos que não são deficientes a conviver com a diversidade, evitando assim o preconceito e a discriminação. Mencionou o trabalho realizado pelo Conselho Estadual de Educação, que tem atuado juntamente com outros órgãos, conselhos e entidades, e destacou o importante papel do Ministério Público, de mobilizar as principais pessoas que promovem a educação inclusiva. Relatou que o Conselho está realizando um grande debate, buscando rever as legislações, inclusive com o MEC, no sentido de poder não só incluir, mas proporcionar uma educação de qualidade, e finalizou avaliando que o trabalho tem avançado. O Deputado Álvaro Gomes informou que recentemente participou da Conferência Nacional da União dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), bem como informou que assumiu, no mês de março, a Presidência da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos, relatando as ações da Comissão e colocando-a à disposição para debater sobre esse assunto, que já faz parte da agenda dos trabalhos. Considerou que a educação tem avançado de uma maneira geral no Brasil e na Bahia, e ainda tem muito a avançar, afirmando que todos devem contribuir para a construção de uma sociedade cada vez mais igualitária e com mais respeito à diversidade. A Sra. Eliane Alves de Lima relatou as dificuldades enfrentadas para encontrar uma escola para seu filho que, aos 12 anos ainda não é alfabetizado, ressaltando a necessidade do Estado prover as escolas de estrutura física e profissional para receber alunos portadores de deficiência. Informou que o problema não está relacionado à matrícula, visto que as escolas são obrigadas a matricular, contudo, as crianças encontram muitas barreiras na hora do aprendizado, por falta de estrutura e de professores preparados para lidar com os diversos tipos de deficiência. O garoto Robert Oliveira Lima Júnior comentou sobre a preocupação da mãe dele e apelou ao Governo para preparar as escolas para receber e educar os deficientes físicos. A Sra. Cândida Muzzio informou que é diretora de uma escola que trabalha há muito tempo em defesa da inclusão, uma luta com muitos desafios, mas que traz alegrias. Teceu considerações sobre as dificuldades enfrentadas para desenvolver um trabalho de inclusão, avaliando que implantar esse tipo de atividade em todas as instituições, públicas e privadas, requer uma parceria que envolva o Poder Público e a sociedade, ressaltando que não basta matricular, faz-se necessário, efetivamente, incluir e favorecer a um processo de aprendizagem real, bem como formar profissionais para lidar com esse segmento. Tratou sobre as propostas teórico-metodológicas nas escolas do Brasil, que apresentam abordagens incompatíveis e antagônicas, e carecem de preparar alunos e professores para lidar com a diversidade, e finalizou, apelando para

que mais investimentos sejam realizados nas escolas, visando a ampliação do atendimento aos portadores de deficiência. A Sra. Presidenta anunciou a presença de entidades, professores, instituições e alunos. A Sra. Ivana Maria Cabral informou que a APLB completou 61 anos de existência e de muitas batalhas e conquistas. Defendeu a luta em defesa da educação inclusiva, respeitosa e reflexiva, que garanta o ingresso no mercado de trabalho, bem como defendeu a luta pelo respeito à diversidade. Criticou o programa “Alfa e Beto”, condenando a falta de estrutura física e a formação dos trabalhadores da área de educação, no que tange ao atendimento de pessoas com deficiência, e comentou sobre o Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso, reivindicando uma lei de responsabilidade educacional. Por fim, ponderou que para se ter um ambiente escolar inclusivo, de fato, tem que banir a cultura e a lógica da exclusão nas escolas, louvar a iniciativa, articular sempre e trazer quem acredita e milita por esta causa. A Dra. Cíntia Guanaes informou que o Ministério Público está inserido na discussão da educação inclusiva, avaliando que a sociedade precisa ver, ouvir e respeitar as pessoas com deficiência, uma parcela importante da sociedade, e que muitas vezes são tratadas como invisíveis. Comentou que a garantia da educação inclusiva consta na Constituição e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, em 2006, e que hoje integra o ordenamento jurídico brasileiro. Discorreu sobre as legislações existentes, afirmando que, na verdade, o que falta é a implementação da garantia desses direitos, ao tempo em que defendeu que as escolas tenham total acessibilidade e os profissionais que trabalham nas instituições tenham melhor qualificação; cobrou projetos políticos pedagógicos para a educação inclusiva. Reconheceu que a rede pública avançou com relação à educação inclusiva, e ponderou sobre a criação e a instalação de sistemas de escolas-polo. Encerrou, dizendo às mães que “as grandes modificações que ocorreram em todo mundo vieram dos movimentos sociais”. A Sra. Presidenta anunciou mais uma apresentação com a cantora Tate Lima. O Sr. João dos Prazeres informou sobre o trabalho realizado pelo grupo Educação Inclusiva, ponderando que o poder público, juntamente com a sociedade, são responsáveis por torná-la inclusiva. Considerou que a educação especial de qualidade deve garantir à pessoa com deficiência, o direito a um aprendizado com qualidade, com projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade, seja na rede pública ou particular, e afirmou que inclusão se faz com ação, compromisso e responsabilidade. Elogiou o trabalho que vem sendo realizado pela Secretaria da Educação e encerrou, dizendo que se deve fazer um trabalho de articulação nas redes municipais, considerada hoje a área de maior demanda. A Sra. Iris Sá disse que existem muitas questões para serem discutidas em termos da formação do educador, como também das especialidades que vão lidar diretamente com as pessoas com deficiência. Relatou o trabalho, ações e programas realizados pela Uneb, no que tange à educação inclusiva, e conclamou pessoas interessadas a se engajarem na Universidade para fazer trabalhos de troca e interação,

visando formar melhor o profissional que vai atuar nesse segmento. Finalizou, sugerindo estudos voltados para elaborar um novo currículo escolar. A Sra. Alzira de Castro Gomes comentou sobre o papel dos Centros de Educação Especial, criados em 2009, seguindo o percurso da inclusão no que tange ao atendimento educacional especializado, no fortalecimento das salas de recursos multifuncionais, no trabalho de formação dos docentes, um dos maiores empecilhos para a inclusão, e na questão laboral. Encerrou, declarando que os Centros precisam da parceria da família e da escola. A Sra. Fabíola Barbosa agradeceu o convite para representar a comunidade surda. Destacou a relevância da escola bilíngue e da escola inclusiva para o surdo, ao tempo em que solicitou adaptações para a inserção da pessoa surda. Comentou sobre as dificuldades enfrentadas pelos deficientes auditivos, sendo a comunicação, a maior barreira, situação que a levou a propor que na escola a disciplina Libras esteja na escola como a primeira língua e que o português seja a segunda língua para o surdo. A Sra. Priscila Leonor informou que é uma professora surda, trabalha no CAIS e também luta pelo direito do ensino bilíngue para pessoas surdas, que não existe em Salvador. Informou sobre a luta empreendida para que a língua dos sinais seja a primeira língua e mencionou as dificuldades de desenvolvimento e aprendizado enfrentadas pelas crianças surdas nas escolas. Encerrou, mencionando que existe um movimento que luta para que a Libras passe a ser a primeira língua oficial do Brasil. A Sra. Livia Borges informou que o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência é um fórum de discussão do movimento social com as instâncias estaduais, objetivando firmar políticas públicas voltadas para a inserção das pessoas portadoras de deficiência. Falou sobre a instituição Ser Down, um movimento de pais que luta, há 15 anos, pela construção de políticas públicas efetivas. Lembrou que a ONU declarou o ano de 1981 como o Ano Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e em 2008, firmou o Primeiro Tratado de Direitos Humanos, que o Brasil assinou. Defendeu a luta por igualdade de direitos, mas é preciso que a sociedade compreenda a diversidade, e considerou que as escolas precisam dar conta disso, visto que é um espaço legítimo de crescimento. Por fim, afirmou que é possível ter educação inclusiva para todos. A Sra. Amélia Tereza Maraux declarou que para a Secretaria de Educação, este tem sido um projeto em construção – a implementação da educação inclusiva, contudo, existem muitas dificuldades a serem enfrentadas para a implementação de políticas públicas voltadas para os deficientes. Nesse sentido, relatou as ações e as políticas públicas adotadas no Estado da Bahia e considerou que esse segmento carece da mobilização e do envolvimento de todos os setores sociais. Citou o Plano Nacional de Educação Especial, que define alguns marcos importantes e fundamentais, e teceu considerações sobre os seguintes aspectos: a importância do atendimento educacional especializado, a formação de professores, a implementação das salas multifuncionais, a qualificação da comunidade escolar, a participação da família e a acessibilidade. A Sra. Ana Maria do Carmo cobrou ações destinadas aos portadores de

deficiências mentais, haja vista não existir nenhum programa que os inclua em escolas ou empresas. Por fim, agradeceu o atendimento recebido por parte do Ministério Público. A Sra. Presidenta elogiou o empenho de todos que estão engajados na luta em prol da educação inclusiva e, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -